

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS FEDERAIS DO BRASIL

“No inferno os lugares mais quentes
são reservados àqueles que
escolheram a neutralidade em tempo
de crise.” (Dante Alighieri. *Divina
Comédia*).

JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES,
brasileiro, casado, professor, engenheiro, advogado e jornalista, portador da Cédula de
Identidade [REDACTED] inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] residente e
domiciliado na [REDACTED] vem, à presença de Vossa
Excelência, oferecer **DENÚNCIA** em face de Sua Excelência o Presidente da
República Federativa do Brasil, **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, pela prática de
CRIME DE RESPONSABILIDADE, punível na forma da Constituição da República
Federativa do Brasil de 1.988 e da Lei Federal 1.079, de 10 de abril de 1.950.

A presente petição vai endereçada a Vossa Excelência
Presidente da Câmara dos Deputados, na forma do art. 14, da Lei Federal 1079/50.

DA MATERIALIDADE E DA LEI

O Exmo. Sr. Presidente da República incorreu na prática
de Crimes de Responsabilidade, conforme será detalhadamente delineado na presente
petição, pelo que requer a Vossa Excelência o recebimento da presente **DENÚNCIA**, e
seu competente processamento.

Secretaria-Geral da Mesa
Ponto: 4553
Ass.: [REDACTED]
Data: 23/04/2020 15:13

Fus. CB

Atividade: 02/07/2020 12:40:00

Atividade: 02/07/2020 12:40:00

C = 240424

É conduta reiterada do Exmo. Sr. Presidente da República **proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo,** nos termos do art. 9º, 7, da Lei 1.079/50. São notórios os comportamentos indecorosos de Sua Excelência o Presidente da República. Ainda assim, iremos arrolar a seguir alguns destes comportamentos:

Em 26/02/2019, em visita ao Paraguai, o presidente Jair Bolsonaro homenageou o ex-ditador do país, Alfredo Stroessner (1954-1989), cujo governo foi marcado por crimes de assassinato, tortura e graves violações a direitos humanos, tecendo elogios e chamando-o de "estadista".

Em 05/03/2019, o Presidente da República divulgou um vídeo ofensivo ao pudor, onde exibe duas pessoas performando o chamado "golden shower".

Em março de 2019, o Presidente da República diligenciou para que um fiscal que emitiu multa ambiental em desfavor da pessoa física Jair Messias Bolsonaro, em 2012, fosse demitido de seu cargo comissionado de chefe do Centro de Operações Aéreas do Ibama, subordinado à Diretoria de Proteção Ambiental.

Em 20/03/2019, o Presidente da República, por meio do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), nomeou uma comissão para fazer uma avaliação ideológica das questões do Enem 2019. A comissão foi criada com o principal objetivo de expurgar itens que abordassem uma suposta "ideologia de gênero".

Em 26/03/2019, o Presidente da República determinou ao Ministério da Defesa que fossem feitas comemorações em unidades militares em 31 de março de 1964, data em que teve início a ditadura civil-militar no Brasil, período marcado por censura à imprensa, fim das eleições diretas para presidente, fechamento do Congresso Nacional, tortura de dissidentes e cassação de direitos. "Não houve ditadura, teve uns probleminhas" diz Jair Bolsonaro sobre regime militar no país.

Em 25/04/2020, a pedido do Presidente da República, o presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, demitiu um diretor do Banco do Brasil e exigiu que fosse retirada do ar uma campanha publicitária dirigida ao público jovem com atores que representavam a diversidade racial e sexual.

Em 10/06/2019, o Presidente da República extinguiu cargos comissionados do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que realiza vistorias em presídios com a função de fiscalizar estabelecimentos em que ocorrem privações de liberdade, como presídios e hospitais psiquiátricos. A medida foi denunciada à ONU, pois impossibilita a prevenção e o combate à tortura no Brasil.

Em 15/07/2019, o Presidente da República indicou seu filho, Eduardo, para a embaixada nos Estados Unidos. Em entrevistas, o presidente afirmou que pretendia "beneficiar filho meu, sim" e que Eduardo já desejaria "há algum tempo" morar nos Estados Unidos e que o cargo de embaixador "é um cartão de visitas". Mediante diversas críticas de nepotismo e insegurança quanto à aprovação de Eduardo Bolsonaro pela sabatina do Senado Federal, o presidente recuou.

Em 19/07/2019, durante um encontro com jornalistas, o Presidente da República afirmou que a jornalista Miriam Leitão, da TV Globo, mentiu ao dizer que foi torturada na ditadura. Ele declarou que ela foi presa enquanto se dirigia à guerrilha do Araguaia. A jornalista nunca participou da luta armada e foi presa e torturada grávida, aos 19 anos, segundo nota de repúdio lida no Jornal Nacional.

Em 19/07/2019, o Presidente da República declarou que não havia fome no Brasil, contrariando a realidade dos fatos e demonstrando incapacidade para compreender as demandas da assistência social.

Em 19/07/2019, o Presidente da República dirigiu-se de forma preconceituosa e ofensiva ao Governador do Maranhão, chamando a população do nordeste do país pela denominação "Paraíba".

Em 19/07/2019, o Presidente da República afirmou que seriam duvidosos os dados informados pelo INPE, e minimizou sem qualquer embasamento científico o desmatamento e os incêndios na Amazônia.

Em 27/07/2019, o Presidente da República ameaçou prender o jornalista Glen Greenwald pela prática de suposto crime, sem esclarecer qual seria a conduta ilícita

praticada pelo jornalista, revelando intento de perseguir deliberadamente a imprensa.

Em 29/07/2019, o Presidente da República afirmou saber como ocorreu o desaparecimento do pai do atual Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, que é considerado desaparecido político vítima do regime de exceção da ditadura brasileira. O pronunciamento do Presidente da República teve tom jocoso, em desfavor do desaparecido político Fernando Santa Cruz de Oliveira, e foi elogioso à ditadura brasileira.

Em 06/08/2019, o Presidente da República assinou uma medida provisória (MP) que permite a empresas de capital aberto a publicação de balanços no site da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) ou do Diário Oficial, em vez de veículos impressos. Na ocasião, ele questionou se a "imprensa de papel" iria publicar o anúncio e ironizou: "Eu espero que o Valor Econômico sobreviva à medida provisória de ontem". O presidente foi criticado por mais um ataque à imprensa.

Em 09/08/2019, questionado sobre medidas de preservação ambiental, o Presidente da República orientou a população a **fazer cocô dia sim, dia não**: "é só você fazer cocô dia sim, dia não que melhora bastante a nossa vida".

Em 14/08/2019, durante discurso, o Presidente da República **chamou opositores de "cocô"**.

Em 04/09/2019, o Presidente da República elogiou a ditadura chilena. "Michelle Bachelet diz ainda que o Brasil perde espaço democrático, mas se esquece que seu país só não é uma Cuba graças aos que tiveram a coragem de dar um basta à esquerda em 1973, entre esses comunistas o seu pai brigadeiro à época", disse Bolsonaro sobre o pai de Michelle Bachelet, alta comissária da ONU para direitos humanos e ex-presidente do Chile, que foi preso e torturado pelo regime militar chileno e morreu sob custódia em fevereiro de 1974.

Em 05/09/2019, o Presidente da República, pela primeira vez em 16 anos, ignorou a lista tripartite eleita pela Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR) na escolha do novo procurador-geral da República (PGR). Embora não haja obrigatoriedade

quanto ao respeito à lista, entende-se que a indicação da ANPR favoreça quadros técnicos, comprometidos com o exercício de suas funções de forma livre e independente de pressões externas, políticas e do próprio governo federal.

Em 28/10/2019, o Presidente da República publicou em seu Twitter um vídeo em que um leão está prestes a ser atacado por hienas. O conteúdo indica que o leão acossado representaria Jair Bolsonaro, e as hienas seriam partidos políticos, o STF, a imprensa, além de entidades como a OAB e a ONU. A publicação foi amplamente criticada e causou mal-estar entre ministros do Supremo.

Em 29/10/2019, o Presidente da República, ao comentar uma reportagem do Jornal Nacional, da TV Globo, insinuou que poderia dificultar a renovação da concessão pública da emissora em 2022. A ameaça de dificultar os trâmites de uma concessão pública de radiodifusão suscitou comparações com Hugo Chávez, presidente da Venezuela, que suspendeu a concessão da RCTV em 2006.

Em 31/10/2019, o Presidente da República ameaçou promover a execução de servidores públicos, na forma utilizada pelo regime de exceção da ditadura brasileira de 1964-1985, ao dizer que enviaria servidores ambientais para a “ponta da praia”, gíria utilizada pelos militares para se referir a local de execução em massa de opositores, a base da Marinha na Restinga de Marambaia (RJ).

Em 28/11/2019, a Presidência da República excluiu o jornal Folha de S. Paulo da relação de veículos nacionais e internacionais em um processo de licitação para fornecimento de acesso digital ao noticiário da imprensa. A exclusão vem na esteira de críticas e determinações de que todo o governo federal rescinda e cancele a assinatura da Folha de S. Paulo. Organizações que representam o setor e a sociedade civil consideraram que a medida atenta contra a liberdade de expressão, e Bolsonaro recuou.

Em 18/02/2020, o Presidente da República fez um trocadilho para desmoralizar uma jornalista que apurou condutas ilícitas durante da campanha eleitoral. Na saída da residência oficial, o Presidente disse que a referida jornalista queria “dar o furo”, usando expressão de duplo sentido para sugerir que a profissional havia trocado

serviços sexuais por informações exclusivas. A conduta foi considerada extremamente ofensiva por toda a profissão dos jornalistas, e repudiada pela sociedade.

Em 24/03/2020, o Presidente da República convocou rede nacional de televisão para realizar pronunciamento na contramão das recomendações do consenso científico atual, dos governos locais e estaduais e do próprio Ministério da Saúde no tocante à necessidade de recolhimento domiciliar da população a fim de evitar as transmissões da Covid-19.

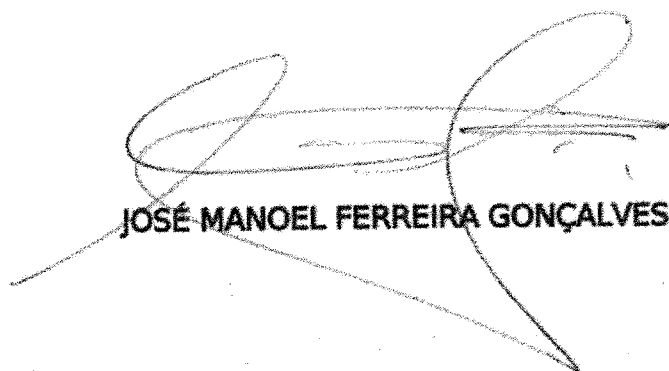
Além da reiterada quebra de decoro, exemplificada pelos fatos *supra*, o Presidente da República também cometeu crime de responsabilidade contra o livre exercício dos poderes constitucionais, art. 6º, I, da Lei 1.079/50, por meio das convocações realizadas pessoalmente pelo Presidente para as manifestações agendadas para o dia 15 de março de 2020, cuja pauta expressamente se destinava a dissolver o Congresso Nacional e fechar o Supremo Tribunal Federal.

Mais ainda, o Presidente da República portou-se com animosidade contra Governadores de Estados, nas reuniões destinadas a articular ações federais para enfrentar a Covid-19, em 25 de março de 2020, cometendo assim o crime do art. 6º, VII, da Lei 1.079/50.

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, promove-se a presente denúncia, na forma do art. 14, da Lei 1.079/50, requerendo o seu processamento legal, para que venha a ser o Presidente da República **definitivamente afastado de suas funções**, em razão de sua absoluta incapacidade e indignidade para o exercício do posto máximo da Nação, deixando assim de envergonhar toda a cidadania.

São Paulo, 27 de março de 2020



JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES

POLÍTICA

Bolsonaro sugere 'fazer cocô dia sim, dia não' para reduzir poluição ambiental

Presidente deu declaração ao ser questionado se é possível o país preservar o meio ambiente e se desenvolver economicamente.

Por G1 — Brasília

09/08/2019 20h23 · Atualizado há 7 meses

Presidente surpreende ao responder sobre desenvolvimento com preservação ambiental

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

O presidente Jair Bolsonaro surpreendeu um grupo de repórteres nesta sexta-feira (9) ao responder a uma pergunta sobre a possibilidade de haver desenvolvimento com preservação ambiental.

Ele disse que, quando se fala em poluição ambiental, "é só você fazer cocô dia sim, dia não que melhora bastante a nossa vida".

Bolsonaro deu a declaração ao conceder uma entrevista para repórteres que o aguardavam na entrada do Palácio da Alvorada, residência oficial, no momento em que se dirigia a uma cerimônia no Clube do Exército.

Durante a entrevista, o presidente foi questionado se é possível o país preservar o meio ambiente e se desenvolver economicamente.

- "Presidente, é possível crescer com preservação?", indagou um jornalista.
- "Sim, é lógico que sim", respondeu o presidente.
- O jornalista, então, pergunta: "Como? Se tem que alimentar e..."
- Antes de a pergunta ser concluída, Bolsonaro afirma: "É só você deixar de comer menos um pouquinho. Quando se fala em poluição ambiental, é só você fazer cocô dia sim, dia não que melhora bastante a nossa vida também, está certo?".



Mais cultura, menos filhos, diz presidente

Na sequência da entrevista, Bolsonaro apontou que 70 milhões de pessoas nascem no mundo todos os anos e, em seguida, defende uma política de planejamento familiar como forma de combater a poluição.

"Não é controle não, você vai botar na capa da 'Folha' amanhã que eu tô dizendo que tem que ter controle de natalidade. Planejamento familiar. As pessoas que têm mais cultura têm menos filhos. Eu sou uma exceção à regra, tenho cinco, está certo? Mas, como regra, é isso", disse.

Em seguida, Bolsonaro afirmou que, segundo o Ministério da Defesa, 2 milhões de pessoas nascem no Brasil todos os anos, "e as pessoas têm que comer". "E como você tem que estimular o agronegócio, que é parte da economia que mais está dando certo no Brasil? Concorremos com Austrália, Estados Unidos e temos de colaborar com esse setor", acrescentou.

JAIR BOLSONARO

Veja também

G1 Pop&Arte

Com coronavírus, Fernanda Paes Leme relata piora em sintomas: 'Me assustou'

Com coronavírus, Fernanda Paes Leme relata piora em sintomas: 'Me assustou'

26 de mar de 2020 às 08:36

Próximo >

Mais do G1

Governo anuncia R\$ 40 bi para financiar salários de pequenas e médias empresas

Empréstimo cobrirá 2 meses de folha de pagamento e será limitado a 2 salários mínimos por funcionário. Empresas não poderão demitir no período.

Há 5 minutos

4,3 milhões de idosos vivem sozinhos no Brasil e mudam rotina com pandemia

Eles contam ter ajuda de parentes, amigos e vizinhos no isolamento.



Coronavírus: médica cubana que trabalhava de garçonete em BH poderá voltar a clinicar após anúncio do governo federal

Ministério da Saúde publicou um chamamento público de profissionais estrangeiros para reincorporação ao Projeto Mais Médicos.



Em Minas Gerais

Últimas notícias de coronavírus de 27 de março



Em Coronavírus

Boris Johnson está infectado com o coronavírus

Primeiro-ministro do Reino Unido está com o Sars-Cov-2; líder político afirmou que vai se isolar, mas continuará a comandar os esforços para combater a pandemia.



1 min

Em Mundo

Rio reabre parte do comércio nesta sexta-feira; veja a lista

Intenção é estimular compra de produtos de higiene e estimular indústria da construção civil. Apesar disso, prefeito quer manter isolamento por 15 dias.



Em Rio de Janeiro

VEJA MAIS

Últimas notícias

CORREIO BRAZILIENSE

Além do "cocô": o que mais disse Bolsonaro em seu discurso no Piauí

Na cidade de Paranaíba (PI), Bolsonaro, além de chamar comunistas e corruptos de "cocô", falou de armas, Argentina, Estado laico e governadores do Nordeste, entre outros temas

CB - [Correio Braziliense \(mailto:iconesb@gmail.com\)](mailto:iconesb@gmail.com)

postado em 14/08/2019 15:47 / atualizado em 14/08/2019 16:19



(foto: Reprodução/YouTube)

Em sua visita à cidade de Paranaíba (PI), para inaugurar uma escola com seu nome

(<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/1/participa-de-inauguracao-de-escola-com-seu-nome.shtml>), o presidente Jair Bolsonaro chamou a atenção ao dizer que "corruptos e

comunistas" são o "cocô do Brasil"

(<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/1/vamos-acabar-com-o-coco-do-brasil-diz-bolsonaro.shtml>). A fala, que repercutiu instantaneamente, foi um trecho do discurso de quase 15 minutos que ele proferiu ao lado do prefeito do município, o ex-senador e governador do estado Mão Santa (SD).

Além do ataque à esquerda, Bolsonaro também criticou governadores do Nordeste, que recentemente **criticaram declarações do presidente sobre nordestinos**

(<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/07/1/bolsonaro-chama-governadores-do-nordeste-de-paraiba.shtml>); defendeu **o acordo entre o Mercosul e a União Europeia**

(<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/06/2/entre-ue-e-mercosul-formara-maior-area-de-livre-comercio.shtml>);

disse que "bandidos" tentam voltar ao poder, em referência **à vitória nas prévias eleitorais da chapa de Alberto Fernández e Cristina Kirchner**

(<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2019/08/1/na-argentina.shtml>); e afirmou que o Estado é laico, mas o atual governo é cristão, como a maioria da população.



Veja a seguir os principais trechos do discurso:

Governadores do Nordeste

"Vemos alguns governadores querendo separar o Nordeste do Brasil. Esses cabras estão no caminho errado. O caminho do Brasil é um só. Um só povo, uma só raça, uma só bandeira verde e amarela."

Acordo Mercosul-UE

Uma das coisas mais importantes (sobre o acordo entre União Europeia e Mercosul): lá fora, não terá barreira para importar as frutas produzidas no Brasil. A tarifa será zero. Vamos exportar mais ainda para

a Europa. A fruticultura é a vocação de Parnaíba. Estou aqui para anunciar que, apesar da petralhada ter roubado quase tudo no Brasil, nós estamos fazendo muitos esforços para arranjar recursos para essa área. Queremos concluir canais de irrigação, para trazer trabalho para todos vocês."

Honestidade

"Pela primeira vez na história do Brasil, nós temos um presidente que não mede esforços para cumprir aquilo que prometeu por ocasião das eleições. E como diz uma velha canção de vocês: o que o Nordeste precisa, e vai ter, é chuva de honestidade."

O Estado é laico, mas...

"Fizeram uma sacanagem comigo por ocasião das eleições, quando eu falei que o Piauí ficava na Ásia. Piauí vai ser um tigre asiático. O Piauí tem tudo para crescer. Tem terra, tem água e tem um povo maravilhoso. E mais do que isso. Um povo que acredita em Deus. Nós respeitamos todas as religiões, mas 90% da população é cristã. O Estado é laico, mas nós aqui somos cristãos e acreditamos em Deus."



Ideologia de gênero

"Acabou com a história de bagunçarem com a família brasileira. A família brasileira é sagrada. Nas escolas, estamos vendo cada vez menos aquele lixo, aquela coisa do capeta chamada ideologia de gênero. Ideologia de gênero é a ponta da praia. Nós vamos mudar esse Brasil. Esse povo tem vontade, tem raça e tem fé. E agora vocês têm um governo cristão."

Argentina

"Nós juntos vamos colocar o Brasil no lugar de destaque que ele merece. Nós juntos vamos varrer a corrupção e o comunismo do Brasil. Olha o que está acontecendo na Argentina agora. A Argentina está mergulhando no caos. A Argentina começa a trilhar o rumo da

Venezuela porque, nas primárias, bandidos de esquerda começaram a voltar ao poder."

Armamentos

"O Brasil tem a sua vocação, tem a sua cultura, tem a sua vocação judaico-cristã. O Brasil tem um povo que ama a democracia e não vive sem a liberdade. O que esse povo de esquerda sempre quis foi roubar a nossa liberdade. Não vamos admitir isso, porque a nossa liberdade vale muito mais que a nossa vida. Por isso defendo para vocês a posse das armas de fogo, e o porte também. O povo armado jamais será subjugado. Fiz o possível por meio do decreto. Arma é sinônimo de força e liberdade."

Bolsonaro RASGA O VERBO na frente de MULTIDÃO no Piauí!



(61) 99951-5874

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/01/29/interna_cidadesdf,7338:como-receber-noticias-do-correio-todos-os-dias-no-seu-whatsapp.shtml

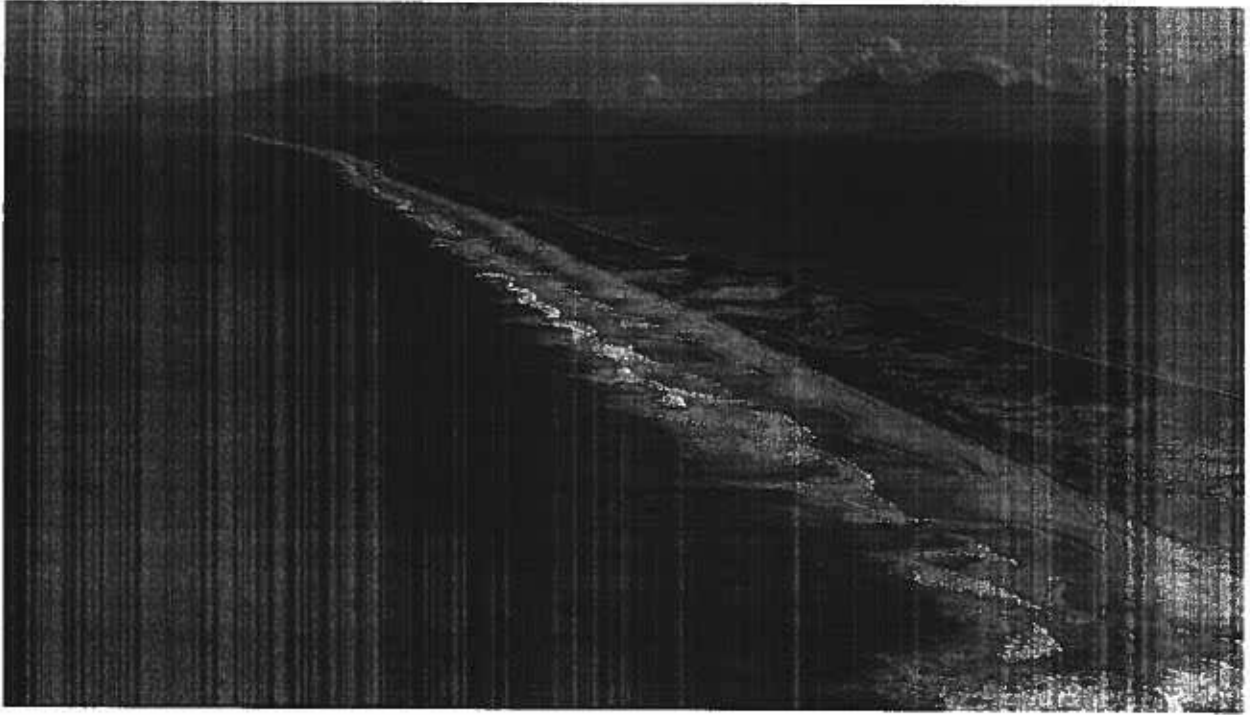
Os comentários não representam a opinião do jornal e são de responsabilidade do autor.
As mensagens estão sujeitas a moderação prévia antes da publicação

© Copyright Correio Braziliense 2000 - 2020. todos os direitos reservados.



Associação denuncia Bolsonaro por sugerir lugar de execução da ditadura para servidores

Por Congresso Em Foco Em 03 nov, 2019 - 13:00 Última Atualização 07 nov, 2019 - 14:08



Ponta de praia da Restinga da Marambaia, no Rio de Janeiro, lugar de execuções durante a ditadura. Foto: Diego Baravelli

A associação que reúne servidores de várias carreiras do Ministério do Meio Ambiente (Ascema Nacional) decidiu tomar providências contra o presidente Jair Bolsonaro por ter ameaçado enviar funcionários da área para a “ponta de praia”, gíria usada na ditadura militar para se referir a lugares de execução. A entidade promete denunciar o presidente em fóruns internacionais de direitos humanos.

> Radicalização da esquerda justifica edição de novo AI-5, afirma Eduardo Bolsonaro

Para a Ascema, a declaração de Bolsonaro agrava a pressão que os servidores públicos da área ambiental vêm sofrendo do atual governo. Na *live* da última sexta-feira (31), Bolsonaro comentou a dificuldade que o seu apoiador **Luciano Hang**, dono da Havan, vem enfrentando para conseguir uma licença ambiental para a construção de uma loja da rede em Rio Grande (RS).

Segundo o presidente, os servidores atrapalham o progresso do país: “Eu tenho ascendência, porque os diretores, o presidente, têm mandato, porque se não tivessem, eu cortava a cabeça mesmo. Quem quer atrapalhar o progresso vai atrapalhar na ponta da praia, aqui não”.

Na ditadura, militares usavam o termo “ponta de praia” para se referir à base da Marinha na Restinga de Marambaia (RJ), para onde eram encaminhados opositores do regime marcados para morrer. “Era um centro de tortura de onde dificilmente se saía vivo. Muitos dos ‘desaparecidos’ da ditadura militar passaram por aquelas instalações”, diz a Ascema Nacional em nota.

Veja a declaração feita na última *live* do presidente:

“O presidente da República nos obriga, com suas declarações, a rememorar o que foi aquele período obscuro do país, do qual ele e seus filhos têm tanta saudade. Ameaças às instituições como STF, à imprensa, aos servidores públicos, às populações tradicionais e a inoperância no enfrentamento de crimes ambientais não podem ser a tônica de um governo que se pretenda democrático”, critica a associação.

A entidade diz que vai adotar “todas as medidas cabíveis para coibir esse tipo de atitude para proteger a integridade física dos servidores e a dignidade humana”.

POLÍTICA

ENQUADRADO

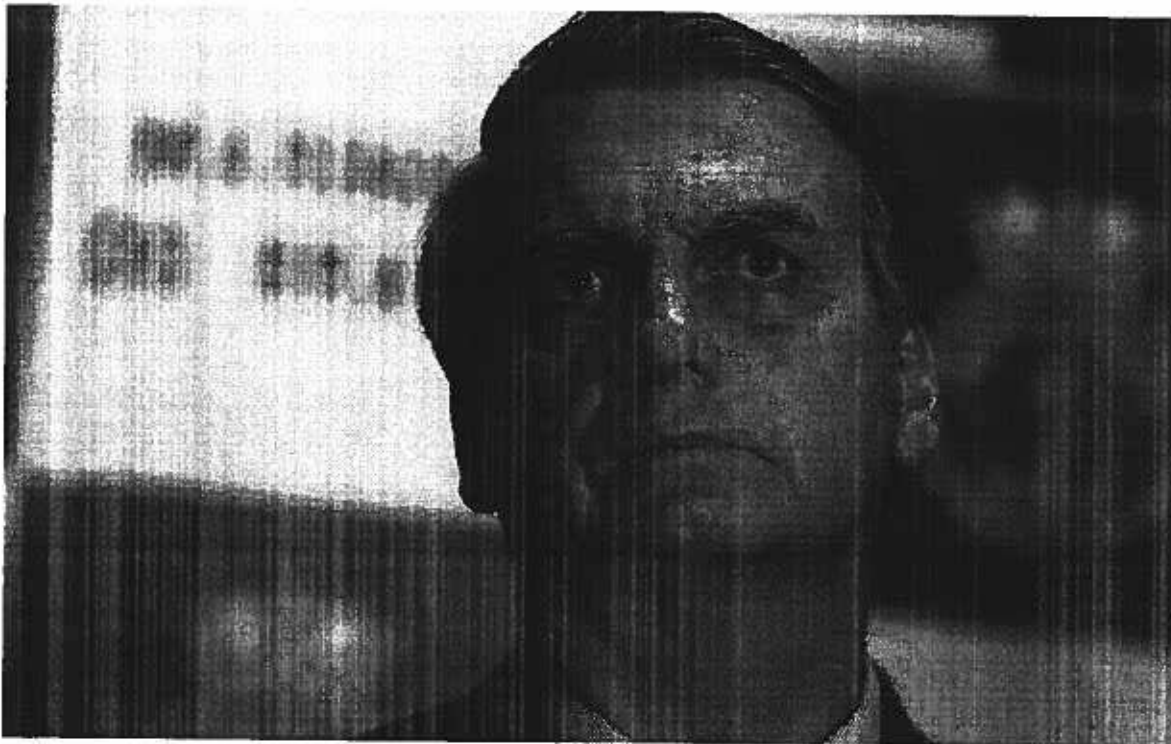
Como 'tirano inebriado', Bolsonaro pode responder por crime de responsabilidade por falta de decoro

Especialistas consultados pela Rádio Brasil Atual afirmam que presidente pode responder por falas que destoam de cargo que ocupa. "Bolsonaro passou qualquer limite de decência", diz professor da USP sobre declaração da morte do pai do presidente da OAB

Por Redação RBA

Publicado 30/07/2019 - 11h14

Tânia Rêgo/ABr



Yuri Félix e Jean Tible explicam que apesar de responder por crime, impeachment dependeria de forças políticas para ser pautado

São Paulo – “Não resta a menor dúvida”, de acordo com o doutor em Processo Penal e diretor do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais

(IBCCrim) Yuri Félix, que o presidente Jair Bolsonaro cometeu crime de

responsabilidade em sua afirmação sobre a morte de Fernando Santa Cruz de Oliveira, pai do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz. Nesta segunda-feira (29), ao comentar o desfecho do processo judicial que considerou Adélio Bispo, autor da facada em Bolsonaro, isento de pena por doença mental e a posição da OAB contra a investigação do advogado de Adélio por ferir o sigilo da relação entre cliente e defensor, o presidente da República ironizou o desaparecimento do pai de Felipe. "Quem é essa OAB? Um dia se o presidente quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar conto para ele, ele não vai querer ouvir a verdade", disse Bolsonaro.

Aos jornalistas Marilu Cabañas e Glauco Faria, da Rádio Brasil Atual, o diretor do IBBCrim avalia que o presidente feriu o decoro que um representante do poder público necessariamente deve ter por conta do cargo que ocupa. Portanto, o presidente poderia ser enquadrado na Lei 1.079/1950. "O crime foi cometido, não resta dúvida e, isso para dizer o mínimo", afirma Yuri. "Ele (*Bolsonaro*) faz um comentário desse, desrespeitando a família do presidente de uma instituição como a OAB e, em sua fala pergunta quem é a OAB. Isso significa que o presidente não leu a Constituição, porque se ele tivesse lido ele saberia quem é a OAB."

Por sua vez, o professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) Jean Tible avalia que Bolsonaro, além de parecer cada vez mais à vontade para proferir falas ofensivas e se comportar como um "tirano inebriado", também mentiu sobre o episódio, ao dizer que o pai do presidente da OAB "integrou o grupo Ação Popular, o grupo mais sanguinário e violento de Pernambuco e veio desaparecer no Rio de Janeiro". Documentos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) mostram, no entanto, que Santa Cruz foi morto por agentes da ditadura civil-militar. "Bolsonaro passou qualquer limite de decência, está tripudiando sobre a memória de um pai e ainda mentindo, porque não é correta a versão que ele passou", ressaltava Jean.

A recente declaração se soma ainda a outras do presidente da República questionadas pelo teor preconceituoso e muitas vezes embasadas também em dados falsos, como ataque a jornalistas, chamar os nordestinos de "paraíba", entre outras.

Apesar de todo o escândalo que provoca e crimes que comete, um eventual pedido de *impeachment* do presidente, a partir da lei de crimes de responsabilidade, dependeria da correlação de forças políticas, de acordo

com os especialistas ouvidos pela **Rádio Brasil Atual**. “Temos um governo que destoa do padrão de relacionamento anterior entre os poderes, de respeito”, descreve o professor da USP.

Para Yuri e Jean, esse é o momento de a esquerda apresentar um projeto alternativo de país que dê conta dos anseios da população para evitar com que os ataques de Bolsonaro passem com indiferença. “Se não tivermos essa capacidade de propor algo viável, concreto e objetivo para alterar a vida do trabalho comum, nós não vamos avançar, e a tendência não é alvissareira, a tendência é essa postura cada vez mais desavergonhada de personagens mais autoritários da nossa política”, alerta o diretor do IBCCrim.

As informações e opiniões formadas neste blog são de responsabilidade única do autor.

O cenário político
e econômico brasileiro sob
o olhar de especialistas



J.R. Guzzo
Colunista do Estadão

Assinatura Digital Completa

0000
0000, 0000

0000000000

Honorários
Advocatório
s

R\$ 75,65

Bolsonaro quebra decoro

Ao compartilhar em seu Twitter imagens proctológicas em que duas pessoas exibiam intimidades de seus aparelhos urinário e excretor, presidente invade lares brasileiros a pretexto de dar lição de moral

José Nêumanne

06 de março de 2019 | 16h47



Bolsonaro falta com a verdade ao confundir performance chocante em marquise com desfile de blocos.

Foto: Dida Sampaio/Estadão

O vídeo compartilhado por Jair Bolsonaro na terça-feira gorda do carnaval falta com a verdade e quebra o decoro do cargo que ocupa na República. Não se trata propriamente de pornografia, pois não envolve relações sexuais, mas, sim, proctologia, por exibir, de forma despuída, as intimidades das extremidades dos aparelhos excretores. A imagem, não identificada, não configura um bloco de carnaval, mas duas pessoas fazendo uma performance para chocar e, ao exibi-la, Sua Excelência dissemina uma mensagem pretensamente moralista, mas que, de fato, divulga um comportamento abjeto que não é de interesse público nem merece fazer parte do acervo de mensagens do Twitter de um cidadão que acaba de ser eleito para presidir uma República em crise com prioridades distantes das imagens nojentas, tais como a reforma da Previdência Social e o combate à violência do crime organizado. Se gostar do vídeo, por favor, dê um like, inscreva-se no canal, clique no sininho para ser avisado quando publicar os próximos e compartilhe-o em Twitter ou Facebook. Direto ao assunto. Inté. E só a verdade nos salvará.

Para ver vídeo no YouTube clique aqui

PUBLICIDADE



Tudo o que sabemos sobre:

Rexona

José Neumann Pinto

Video no Youtube

Jair Bolsonaro

PUBLICIDADE

MAIS NA WEB

Desinformação e decoro: as implicações das falas de Bolsonaro

Estêvão Bertoni 30 de jul de 2019 (atualizado 17/01/2020 às 11h50)

Dois cientistas políticos e dois professores de direito analisam as consequências jurídicas e políticas de declarações do presidente da República

TEMAS

FOTO: CAROLINA ANTUNES - 30 JUL 2019/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

POLÍTICA

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, JAIR BOLSONARO,
DURANTE ENTREVISTA NO PALÁCIO DO PLANALTO

O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Felipe Santa Cruz, anunciou na segunda-feira (29) que vai ao Supremo Tribunal Federal pedir para que o presidente da República, Jair Bolsonaro, esclareça as declarações que fez sobre o desaparecimento de seu pai, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, durante a ditadura militar (1964-1985).

Horas antes, numa entrevista em que criticava a OAB, Bolsonaro disse que, se o presidente da entidade quisesse, poderia lhe “contar a verdade” sobre seu pai. Depois, numa transmissão pela internet, afirmou que Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira foi morto pelos próprios integrantes da Ação Popular, grupo de esquerda que integrava. O presidente negou, durante a transmissão, que o Exército tenha participado do desaparecimento do militante.

Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira, estudante de direito e funcionário do Departamento de Águas e Energia Elétrica em São Paulo, foi visto pela última vez em fevereiro de 1974, aos 26 anos. Ele foi preso com o amigo Eduardo Collier por agentes do DOI-Codi, órgão de repressão política do regime, no Rio de Janeiro. Seu filho Felipe tinha dois anos à época.

A fala do presidente não é respaldada pelas investigações de órgãos públicos e documentos baseados em depoimentos de envolvidos nos episódios.

A Comissão Especial para Mortos e Desaparecidos Políticos, formada por sete conselheiros, incluindo membros do Ministério Público e do Congresso, havia emitido um atestado de óbito em 24 de julho de 2019 reconhecendo que Fernando Santa Cruz morreu em 1974 de forma “violenta, causada pelo Estado brasileiro, no contexto da perseguição sistemática e generalizada à população identificada como opositora política ao regime ditatorial de 1964 a 1985”.

Um relatório da Aeronáutica também atesta que o estudante foi preso pelo regime, no Rio. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, o ex-delegado Cláudio Guerra disse que o corpo teria sido incinerado na Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes. Na terça-feira (30), o presidente chamou de “balela” o trabalho da comissão e os documentos sobre mortos na ditadura.

Os ataques de Bolsonaro ao presidente da OAB e à Comissão Nacional da Verdade ocorreram na esteira de outras falas contestadas por não se basearem em evidências. Em 19 de julho de 2019, durante um encontro com jornalistas, ele afirmou que a jornalista Miriam Leitão, da TV Globo, mentiu ao dizer que foi torturada na ditadura. Ele declarou que ela foi presa enquanto se dirigia à guerrilha do Araguaia. A jornalista nunca participou da luta armada e foi presa e torturada grávida, aos 19 anos, segundo nota de repúdio lida no Jornal Nacional.

No mesmo encontro com jornalistas, Bolsonaro disse que não existia fome no Brasil. Mas dados do próprio Ministério da Saúde mostram que, apenas em 2017, 5.653 pessoas morreram por desnutrição no país. Dessa declaração, Bolsonaro posteriormente recuou.

Ainda naquele encontro, o presidente contestou dados sobre o desmatamento da Amazônia. O monitoramento da região é feito pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com base em imagens de satélite. O órgão apontou que, somente em junho de 2019, 920,4 km² de floresta foram derrubados, número equivalente à área urbana da cidade de São Paulo. O desmatamento na Amazônia, em junho, subiu 88% em relação ao mesmo mês de 2018.

Em uma reportagem publicada na segunda-feira (29), o jornal Folha de S.Paulo listou falas de Bolsonaro, feitas em dez dias, que reuniam dados falsos e um comentário preconceituoso, no qual chamou de forma pejorativa governadores do Nordeste de “paraíbas”.

As declarações de Bolsonaro sob análise

Capitão reformado do Exército, Bolsonaro ganhou projeção nacional com um discurso de defesa da ditadura militar, exaltação de torturadores do período, ataque a minorias e ao que chama de politicamente correto. Agora no comando do país, as declarações do político levantam um debate sobre decoro presidencial e compromisso com as instituições.

O **Nexo** ouviu dois professores de direito e dois cientistas políticos sobre as consequências jurídicas e políticas das declarações feitas pelo presidente da República. São eles:

Juliana Diniz, doutora em direito do Estado pela Universidade de São Paulo e professora adjunta da Universidade Federal do Ceará

Lenio Streck, procurador de Justiça aposentado e professor de direito da Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos)

Lara Mesquita, pesquisadora do Cepesp (Centro de Política e Economia do Setor Público) da FGV (Fundação Getúlio Vargas)

Bruno Bolognesi, doutor em ciência política e professor na UFPR (Universidade Federal do Paraná)

As declarações de Bolsonaro têm consequências jurídicas?

JULIANA DINIZ A grande dificuldade de avaliar a responsabilidade do presidente é que os crimes de responsabilidade previstos são muito vagos. Para citar um exemplo, quando ele dá uma declaração como essa sobre o pai do presidente da OAB, todo mundo a enquadra no artigo 9º [da lei nº 1.079/1950, a Lei do Impeachment], e há três expressões normativas vagas [“proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo”]. Não existe um fechamento claro de uma conduta. E a gente se pergunta: até onde vai a liberdade de expressão de um presidente? Ele pode se expressar como um cidadão comum? Essa é a dúvida de fundo. E a gente percebe que não. Existe um regime de liberdade de expressão que é próprio para cada membro do poder. O juiz tem restrições, assim como o presidente tem restrições.

Na minha opinião, é grave o que ele falou sobre a Comissão da Verdade, ao colocar em dúvida o trabalho de um órgão oficial. É perigoso a gente começar a tratar essa ideia de que ele tem liberdade de expressão, porque na verdade ele está atentando contra o funcionamento das instituições que pertencem à estrutura do governo. Há vários dispositivos normativos que a gente poderia indicar na lei 1.079, que, apesar de vagos, podem ser utilizados para essa situação, inclusive o artigo 9º.

Não se tem notícia de um presidente que é penalizado por conta de manifestações públicas. Na época do vídeo do Carnaval [Bolsonaro divulgou em seu Twitter vídeo que mostra uma pessoa urinando na cabeça de outra], escrevi sobre isso: pegar um episódio isolado e tentar enquadrar dentro da lei é pesado em termos de riscos políticos. Traz muita instabilidade para o sistema.

O Bolsonaro tem tensionado isso porque é um acúmulo de declarações polêmicas e falsas. E a gente tem que perceber até que ponto esse acúmulo não gera a responsabilidade que a gente está tentando definir: a prática reiterada de faltar com a verdade como presidente da República. Aí tem uma questão que não é jurídica, mas é política, de pensar que estamos saindo de um processo recente de impeachment, que traz ruptura e instabilidade graves e não sei até que ponto existe ambiente favorável para isso. E não tem a ver com o direito.

Acho que Bolsonaro se beneficia de uma tolerância maior das instituições por conta da conjuntura na qual está inserido. É inédito. Todo mundo, o

Supremo, o Congresso, todos ainda estão aprendendo a se relacionar com isso.

LENIO STRECK Tecnicamente, há um problema forte: ele [Bolsonaro] está na linha do artigo 9º da lei nº 1.079/1950, que trata como crime de responsabilidade contra a probidade na administração “proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo”. Eu reconheço que isso é bem vago. O que é decoro do cargo? A possibilidade disso ir adiante é mínima, mas, de todo o modo, um componente simbólico disso é que parece que o presidente atravessou o rubicão[tomou uma decisão arriscada e sem volta]. Desta vez, ele atravessou perigosamente. Provavelmente, não terá problemas na outra margem, mas triscou o artigo 9º da lei.

Não há precedente disso entre presidentes da República, e não havia nenhum outro presidente que se comportava desse modo. Quando fizeram essa lei, não se pensava que alguém pudesse fazer tantas declarações desse modo. A lei nunca prevê tantas hipóteses de aplicações.

Muitos juristas têm a definição sobre o que é quebrar o decoro do cargo de presidente. Mas é muito difícil definir. É faltar com a verdade? Quem sabe? Para mim, a parte mais forte da declaração sobre o pai do presidente da OAB é haver uma decisão que reconhece a morte de Fernando Santa Cruz, a lei 9.140/1995[que reconhece como mortas as pessoas desaparecidas em razão de atividades políticas entre 1961 e 1979], que fala das indenizações dos que desapareceram, e o elemento que o governo do próprio presidente deu uma decisão neste ano dizendo que o Estado é o responsável pelo desaparecimento. Ele desmente o governo. Isso torna mais grave a questão: o presidente da República nega ou insinua que o próprio governo do qual é chefe editou equivocadamente uma certidão. Temos o problema: se ele sabia [detalhes do desaparecimento], por que nunca falou nada e mesmo assim seu governo acabou emitindo a certidão? Ou falou apenas por falar, para emitir uma opinião política?

As outras declarações [do presidente] estão no nível da política, pode-se dizer que é um excesso retórico. Podem dizer que ele é o presidente, que pode dar declarações para dar opinião e que, às vezes, há excesso retórico.

Sobre o presidente da OAB recorrer ao STF, o presidente vai ser intimado para que preste esclarecimentos, vai prestar e nada mais poderá ser feito. O presidente da República, para ser processado, tem um rito todo especial. Ele tem foro especial. O presidente da OAB não o está denunciando por crime, está apenas fazendo uma interpelação. As consequências jurídicas disso não são em relação ao mandato. É um ato simbólico [interpelar o presidente no STF].

Quais as consequências políticas das declarações de Bolsonaro?

LARA MESQUITA O que me parece é que essa afirmação envolvendo o pai do presidente da OAB não vai gerar uma consequência política, mas vai dar mais trabalho do que as falas anteriores, como a questão da fome ou da Miriam Leitão, porque ele pode ser convocado a prestar esclarecimentos no Congresso, na Comissão Especial para Mortos e Desaparecidos Políticos ou no Supremo Tribunal Federal, atendendo a pedidos de partidos ou do próprio presidente da OAB.

Talvez essa declaração específica se reverta num transtorno maior, mas não sei se tem efeito político. A única declaração que chegou a gerar um efeito, e não foi inverídica, foi quando ele manifestou a intenção de mudar a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, o que não ocorreu e desapareceu do debate. Isso se deveu a uma possibilidade de sanção econômica por parte de países que importam carne brasileira e que declararam que poderiam retaliar o Brasil.

Do ponto de vista da popularidade, a gente precisa verificar as próximas pesquisas de opinião, mas ela até agora se estabilizou em torno dos 30%, que é um índice muito próximo do que a gente encontrava antes da campanha. Não temos evidência empírica de que esse tipo de manifestação esteja repercutindo na popularidade do presidente.

Não acho que essa declaração sobre o pai do presidente da OAB possa também se reverter num processo de impeachment. Pedidos de impeachment acontecem o tempo todo, Fernando Henrique Cardoso recebeu mais de uma dezena, e Lula também. Precisa ter uma causa prevista em lei e para ter uma consequência, depende de apoio político, da Câmara dos Deputados e de seu presidente entender que há algum interesse em iniciar esse processo. Não dá pra esquecer que isso é

um processo político e que, até o momento, a gente não viu nada se manifestando nesse sentido. E também é bom a gente parar de analisar o instrumento do impeachment. Não é saudável para a democracia que ele ocorra a cada dois, cinco, dez ou 20 anos. Não faz bem. Deve ser usado com parcimônia e cuidado, porque se ele se banalizar, para que ter democracia? Outra coisa é que todos esses episódios podem fornecer instrumentos para o momento em que o presidente perder apoio político, e que isso seja usado contra ele.

Bolsonaro continua a ser a figura que ele sempre foi. Uma parte dos apoiadores poderia ter a expectativa de que ele iria abandonar o discurso tradicional por causa da liturgia do cargo. Mas ele nunca prometeu nem sinalizou que iria fazer isso. Se existia essa expectativa por causa do peso do cargo, era uma expectativa sem fundamento.

BRUNO BOLOGNESI Há frentes de consequências sobre a imagem do presidente. Tem um problema, claro, de ele utilizar um assunto pessoal do presidente da OAB. A outra consequência é o que, nos Estados Unidos, é conhecido como “southern strategy”, que começou com o presidente Richard Nixon nos anos 1970, que é paulatinamente afirmar e reforçar um discurso baseado no medo e no preconceito. Nixon começou com isso para reforçar os preconceitos raciais que fez a virada [eleitoral] do sul democrata para o sul republicano. Só dois presidentes romperam com isso, o Jimmy Carter e o Bill Clinton, que eram do sul.

Há também o que chamam de “firehosing” [tática de disseminar notícias falsas], a cortina de fumaça. Me parece que não é exatamente uma estratégia de cortina de fumaça, mas a “southern strategy” para garantir a base, a popularidade de alguém que não tem apoio na Câmara dos Deputados, que tem apoio dividido no Judiciário e que se segura mantendo os índices de popularidade.

Essa estratégia é de falar com um nicho de eleitores, mas, nos Estados Unidos, esse nicho foi variando e se ampliando. Ele [Bolsonaro] tem feito isso, acenando para vários desses públicos, tentando manter contingentes ativos.

É uma pessoa que está consciente que vai ser difícil conseguir apoio. É uma estratégia de manter uma legitimidade do governo sem necessariamente contar com as instituições. Como um cavaleiro solitário. Do ponto de vista populista, é inteligente.

Ele diz: “Estou fazendo as coisas pelo Brasil. Tudo o que for contra é contra o Brasil”. Tem a desculpa perfeita para tudo. É um modo de governar classicamente populista, com discurso de medo e ameaça. E quando não dá certo, é porque o impediram de fazer algo.

Não posso afirmar que ele rompeu com o decoro ou não, mas é bastante improvável que aconteça um impeachment. A pauta econômica está sendo tocada pelo Rodrigo Maia [presidente da Câmara dos Deputados], e tem um certo timing para o processo. É raro que um presidente caia atrás do outro, tirando a Argentina nos anos 1990 ou países em crises profundas e humanitárias. Enquanto o Congresso estiver ocupado com as reformas, vai ser difícil pensar nisso.

FOLHA DE S.PAULO

★ ★ ★

GOVERNO BOLSONARO ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/ESPECIAL/2018/GOVERNO-BOLSONARO](https://www1.folha.uol.com.br/especial/2018/GOVERNO-BOLSONARO))

Em 10 dias, declarações de Bolsonaro têm preconceito, dados falsos e sarcasmo; relembre

Presidente atacou jornalistas, nordestinos e vítimas da ditadura militar

29.jul.2019 às 17h10

Atualizado: 29.jul.2019 às 22h33

EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/07/30/>)

SÃO PAULO Os últimos dez dias de Jair Bolsonaro (PSL) foram marcados por uma série de declarações recheadas de conteúdo falso e preconceituoso. Entre os alvos do presidente estão os jornalistas Miriam Leitão e Glenn Greenwald, os governadores nordestinos

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/termo-paraiba-usado-por-bolsonaro-reflete-preconceito-ao-nordeste-e-cabe-punicao.shtml>) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

(<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/bolsonaro-critica-diretor-do-inpe-por-dados-sobre-desmatamento-que-prejudicam-nome-do-brasil.shtml>).

Nesta segunda (29), ele também ironizou o desaparecimento de Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/se-presidente-da-oab-quiser-saber-como-pai-dele-desapareceu-na-ditadura-eu-conto-diz-bolsonaro.shtml>) durante a ditadura militar. Fernando era pai de Felipe Santa Cruz, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.



O presidente Jair Bolsonaro (PSL) - Isac Nóbrega/Divulgação Presidência da República

Abaixo, relembre o que foi dito por Bolsonaro.



MIRIAM LEITÃO

"Ela estava indo para a guerrilha do Araguaia quando foi presa em Vitória. E depois [Míriam Leitão] conta um drama todo, mentiroso, que teria sido torturada, sofreu abuso etc. Mentira. Mentira."

Em 19 de julho, durante café da manhã com jornalistas

A jornalista Miriam Leitão foi presa, espancada, torturada e ameaçada de estupro (<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/07/22/verificamos-miriam-leitao-lamarca/>) o pela ditadura militar em 1973, em Vitória. Na época, tinha 19 anos e estava grávida. Ela ficou ficou três meses detida.

Miriam nunca participou da luta armada nem esteve na guerrilha do Araguaia (a maioria dos guerrilheiros nunca foi encontrada). Na época em que foi presa, era jornalista da rádio Espírito Santo e militante do PC do B.

Miriam foi inocentada de todas as acusações que foram feitas contra ela pelo regime militar.

NORDESTINOS

“Daqueles governadores de paraíba, o pior é o do Maranhão [Flávio Dino, do PC do B]. Tem que ter nada com esse cara.”

Em 19 de julho, durante café da manhã com jornalistas

O termo “paraíba” é usado de forma pejorativa no Rio de Janeiro

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/termo-paraiba-usado-por-bolsonaro-reflete-preconceito-ao-nordeste-e-cabe-punicao.shtml>), estado onde Bolsonaro se radicou, para se referir a

nordestinos. A expressão, quando usada para ofender uma pessoa ou um grupo, é considerada preconceituosa e racista e pode originar um processo judicial.

Os governadores nordestinos, que são de partidos da oposição, reagiram e cobraram explicações

(<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/07/19/fala-de-bolsonaro-sobre-governadores-do-nordeste-causa-polemica-e-gestores-cobram-explicacao/>)/do presidente

(<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/07/19/fala-de-bolsonaro-sobre-governadores-do-nordeste-causa-polemica-e-gestores-cobram-explicacao/>).

Um dia depois, Bolsonaro afirmou que se referia apenas a Dino e a João Azevedo (PSB), governador da Paraíba

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/bolsonaro-nega-ter-falado-paraiba-como-critica-a-nordestinos.shtml>).

FOME

“Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira. Passa-se mal, não come bem. Aí eu concordo. Agora, passar fome, não. Você não vê gente mesmo pobre pelas ruas com físico esquelético como a gente vê em alguns outros países pelo mundo”

Em 19 de julho (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/falar-que-se-passa-fome-no-brasil-e-uma-grande-mentira-affirma-bolsonaro.shtml>),

durante café da manhã com jornalistas

Embora a situação tenha melhorado nos últimos anos, a fome ainda é realidade para milhões de brasileiros.

Segundo o Datasus, 15 pessoas morreram de desnutrição por dia em 2017

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/em-media-15-pessoas-morrem-de-desnutricao-por-dia-no-brasil.shtml>).

Dados da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) estimam que havia cerca de 5 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar no país entre 2016 e 2018.

Mapeamento do Ministério da Cidadania também mostra que, em 2016, 427.551 crianças com menos de cinco anos atendidas pelo Bolsa Família tinham algum grau de desnutrição, que é medido de acordo com o déficit de peso por idade ou de altura por idade.

INPE

"Com toda a devastação que vocês nos acusam de estar fazendo e de ter feito no passado, a Amazônia já teria se extinguido. Isso acontece com muitas revelações, como a de agora (...), e inclusive já mandei ver quem está à frente do Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais] para que venha explicar em Brasília esses dados que foram enviados à imprensa. Nosso sentimento é que isso não coincide com a verdade, e parece até que [o presidente do Inpe] está a serviço de alguma ONG"

Em 19 de julho (<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/bolsonaro-critica-diretor-do-inpe-por-dados-sobre-desmatamento-que-prejudica-nome-do-brasil.shtml>), durante café da manhã com jornalistas

Bolsonaro se referia à notícia de que monitoramento do Inpe havia constatado aumento de 57% no desmatamento na Amazônia

(<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/desmatamento-da-amazonia-em-junho-e-57-maior-do-que-no-mesmo-mes-de-2018.shtml>) em junho deste ano em relação a 2018.

Diversas autoridades científicas do país, como a Academia Brasileira de Ciências e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, saíram em defesa do Inpe e do sistema de monitoramento utilizado

(<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/07/alvo-de-bolsonaro-inpe-tem-ciencia-de-impacto-acima-da-media-e-parceria-com-a-nasa.shtml>), que mapeia queimadas e desmatamento via satélite.

Até o momento, Bolsonaro não indicou dados ou indícios científicos que justifiquem suas declarações sobre o Inpe e sobre a dúvida que levantou

sobre os dados revelados pelo instituto.

MEIO AMBIENTE

“Só aos veganos que comem só vegetais [consideram importante a questão ambiental] (...) Outros países com baía não tão exuberante como a de Angra conservam o meio ambiente. Se quiséssemos fazer uma maldade, cometer um crime, nós iríamos à noite ou em um fim de semana qualquer na baía de Angra e cometeríamos um crime ambiental, que não tem como fiscalizar”

No sábado (27) (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/questao-ambiental-e-para-veganos-que-so-comem-vegetais-diz-bolsonaro.shtml>), em evento do Exército na zona oeste do Rio de Janeiro.

Bolsonaro tem defendido, desde a campanha, que seja alterado o

(<https://arte.folha.uol.com.br/poder/2019/as-promessas-de-bolsonaro/#/meio-ambiente/revogar-decreto-que-demarca-a-baia-de-angra-como-estacao-ecologica>) Status (<https://arte.folha.uol.com.br/poder/2019/as-promessas-de-bolsonaro/#/meio-ambiente/revogar-decreto-que-demarca-a-baia-de-angra-como-estacao-ecologica>) da Estação Ecológica (Esec) de Angra dos Reis (RJ). Ele, que tem uma casa na região, foi multado em 2012 por pescar em local proibido.

A multa foi anulada pela superintendência do Ibama

(<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/ibama-diz-que-multa-de-bolsonaro-prescreveu-e-contraria-parecer-da-agu.shtml>) no Rio de Janeiro em dezembro de 2018, sob a alegação de que a punição estaria prescrita. Parecer da Advocacia-Geral da União, contudo, indicava a prescrição só aconteceria em 2024.

Em março, o fiscal responsável por multar Bolsonaro foi exonerado do cargo comissionado (<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/03/ibama-exonera-servidor-que-multou-bolsonaro-por-pesca-irregular.shtml>) de chefe do Centro de Operações Aéreas do Ibama, subordinado à Diretoria de Proteção Ambiental. Ele foi o único dos nove funcionários do mesmo nível hierárquico dessa diretoria a ser exonerado pelo novo governo.



Foto feita por agente ambiental durante autuação de Jair Bolsonaro por pescar dentro da Estação Ecológica de Tamoios, região de Angra dos Reis (RJ) - 25.jan.12/Divulgação

GLENN GREENWALD

“Ele [Glenn Greenwald] não se encaixa na portaria. Até porque ele é casado com outro homem e tem meninos adotados no Brasil. Malandro, malandro, para evitar um problema desse, casa com outro malandro e adota criança no Brasil. Esse é o problema que nós temos. Ele não vai embora, pode ficar tranquilo. Talvez pegue uma cana aqui no Brasil, não vai pegar lá fora não.”

No **sábado** (27) (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/talvez-pegue-uma-cana-aqui-no-brasil-diz-bolsonaro-sobre-glenn-greenwald.shtml>), em entrevista no Rio de Janeiro.



“Eu estou achando que, no meu entender, ele cometeu um crime porque em outro país ele estaria já numa outra situação. Espero que a Polícia Federal chegue, ligue realmente todos os pontos. No meu entender isso teve transações pecuniárias. E pelo que tudo

indica a intenção é sempre atingir a Lava Jato, atingir o [ministro] Sergio Moro, a minha pessoa, tentar e desqualificar e desgastar. Invasão de telefone é crime, ponto final"

Nesta segunda (29) (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/bolsonaro-insinua-envolvimento-de-dinheiro-e-crime-de-glenn-em-mensagens-da-lava-jato.shtml>)

Bolsonaro se referia à portaria do Ministério da Justiça que autoriza a deportação sumária de estrangeiros considerados "perigosos"

(<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/07/moro-preve-deportacao-sumaria-de-estrangeiros-considerados-perigosos.shtml>), ainda que não tenham sido condenados judicialmente.

Glenn Greenwald é jornalista do site The Intercept Brasil, que vem publicando, desde 9 de junho, reportagens baseadas em um pacote de mensagens (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/entenda-vazamento-de-conversa-entre-moro-e-deltan-e-impacto-para-a-lava-jato.shtml>) trocadas no aplicativo Telegram entre a força-tarefa da Lava Jato e o hoje ministro da Justiça Sergio Moro.

Na época dos diálogos, Moro era o juiz federal responsável pelos processos da operação no Paraná. As conversas mostram Moro orientando a ação dos procuradores, indicando uma testemunha e interferindo na ordem das fases da Lava Jato. Por lei, o juiz deve se manter imparcial e não pode aconselhar nenhuma das partes de um processo.

O Intercept afirma que as mensagens foram obtidas por fonte anônima e que não houve nenhum pagamento pelo conteúdo recebido.

Em depoimento à Polícia Federal, Walter Delgatti Neto, um dos presos sob acusação de hackear a conta do Telegram de diversas autoridades, afirmou que entregou o pacote de conversas a Greenwald. Ele negou ter pedido dinheiro em troca dos diálogos (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/hacker-diz-que-nao-editou-mensagens-e-que-manuela-fez-ponte-dele-com-intercept.shtml>) e disse que nem o jornalista nem ninguém da equipe do Intercept o encontrou pessoalmente ou teve conhecimento de sua identidade.

Embora a ação de Delgatti de invadir a conta dos procuradores configure crime, a publicação das mensagens pelo Intercept e por outros veículos,

como a Folha (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/veja-o-que-ja-foi-publicado-pela-folha-com-base-em-mensagens-da-lava-jato.shtml>), não representa infração à lei.

Greenwald e o Intercept têm dito que não fazem comentários sobre suas fontes. Sobre sigilo da fonte, o artigo quinto da Constituição afirma: "É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional".

O jornalista vive há cerca de dez anos no país. Ele é casado com o deputado federal David Miranda (PSOL-RJ) e os dois são pais de duas crianças.

Não há nenhum indício de que Greenwald tenha cometido crime.

OAB E DITADURA

"Por que a OAB impediu que a Polícia Federal entrasse no telefone de um dos caríssimos advogados? Qual a intenção da OAB? Quem é essa OAB? Um dia, se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, conto pra ele. Ele não vai querer ouvir a verdade. Conto pra ele. Não é minha versão. É que a minha vivência me fez chegar nas conclusões naquele momento. O pai dele integrou a Ação Popular, o grupo mais sanguinário e violento da guerrilha lá de Pernambuco e veio desaparecer no Rio de Janeiro."

Nesta segunda (29) (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/se-presidente-da-oab-quiser-saber-como-pai-dele-desapareceu-na-ditadura-eu-conto-diz-bolsonaro.shtml>), ao comentar a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na investigação do caso de Adélio Bispo (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/inquerito-do-caso-adelio-desconstroi-fake-news-sobre-facada-em-bolsonaro-diz-delegado.shtml>), autor da facada da qual foi alvo em 2018. A entidade se posicionou de forma contrária à investigação do advogado de Adélio, justificando a necessidade de preservar o sigilo da relação entre clientes e defensores.

Bolsonaro se referia a Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira, desaparecido em fevereiro de 1974, após ter sido preso junto com o amigo Eduardo Collier por agentes do DOI-Codi, órgão de repressão da ditadura militar, no Rio de Janeiro. Ele era pai do atual presidente da OAB, Felipe Santa Cruz.

Fernando era estudante de direito e funcionário do Departamento de Águas e Energia Elétrica em São Paulo e integrante da Ação Popular (grupo marxista ligado à juventude católica, fundado em 1962). Felipe tinha dois anos quando o pai desapareceu.

No relatório da Comissão Nacional da Verdade, responsável por investigar casos de mortos e desaparecidos na ditadura, não há registro de que Fernando tenha participado da luta armada.

O documento ressalta que Fernando à época do seu desaparecimento "tinha emprego e endereço fixos e, portanto, não estava clandestino ou foragido dos órgãos de segurança".

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos emitiu no último dia 24 um atestado de óbito de Fernando, no qual informa que ele morreu em 1974 de forma "violenta, causada pelo Estado brasileiro, no contexto da perseguição sistemática e generalizada à população identificada como opositora política ao regime ditatorial. Esse tipo de declaração é considerado uma reparação moral, equivalendo ao reconhecimento da culpa do Estado.

Após a repercussão negativa da sua fala, Bolsonaro disse que não queria ferir os sentimentos de Felipe Santa Cruz e sugeriu que a esquerda teria sido responsável pela morte de seu pai (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/bolsonaro-defende-militares-e-diz-que-grupo-de-esquerda-matou-pai-de-presidente-da-oab.shtml>) — não há nenhum indício de que isso tenha acontecido.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das

principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/em-10-dias-declaracoes-de-bolsonaro-tem-preconceito-dados-falsos-e-sarcasmo-relembre.shtml>

2019, o ano em que o bom senso e o decoro saíram de férias

Camilo Vannuchi

26/12/2019 09h00

"Recebe com simplicidade este presente do acaso.

Mereceste viver mais um ano."

Carlos Drummond de Andrade, em *A rosa do povo* (1945)

Como ainda faltam alguns dias, é bom esperar mais um pouco antes de festejar o ano novo. É preciso prudência. É preciso estar atento e forte.

Dois-mil-e-dezenove foi um ano especialmente duro. Não que os outros anos tivessem sido moles. Mas este foi fora da curva, passou dos limites, ultrapassou barreiras importantes que exigiram mobilização permanente e muita resiliência.

Falo de direitos humanos, é claro. Falo de retrocesso, de violações e de abuso de poder. E falo de autoritarismo.

No livro *Como as democracias morrem*, best-seller de 2018 publicado no Brasil pela Zahar, os norte-americanos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt mostram que os maiores atentados à democracia se dão atualmente por dentro das instituições democráticas. Os golpes acontecessem sem tanque nas ruas, mas por meio de impeachments, eleições diretas, decretos e emendas constitucionais abusivas, como as que autorizam mandatos sucessivos. As leis, aprovadas por governos que conseguem formar a maioria parlamentar necessária para legislar a favor de projetos autoritários.

Pois bem, os autores sugerem a existência de duas normas não escritas consideradas fundamentais para resistir a essa captura, sem as quais as instituições democráticas não são fortes o suficiente para garantir os freios e os contrapesos que a ameaça autoritária representa: uma delas é a tolerância mútua, o entendimento de que os adversários na política devem ser tratados com respeito e não como inimigos a serem abatidos a qualquer custo. Um exemplo: o jornalismo que incomoda tem sido encarado desde a

redemocratização como um instrumento legítimo de vigilância e controle. Em 2019, não mais. Hoje, a imprensa livre é vista como inimiga, e para abatê-la vale a mentira, o deslante, o cinismo, mas também a incitação à agressão, a discriminação e ameaças de estrangulamento econômico.

A outra norma não escrita necessária ao funcionamento da democracia é a contenção, a percepção de que mesmo certos instrumentos legítimos de poder não devem ser utilizados porque demonstrariam a incapacidade de lidar com o contraditório, com a alteridade. Um exemplo: no Brasil, o titular da Procuradoria Geral da União vinha sendo nomeado com base em uma lista tríplice eleita pelos próprios procuradores da República. Em 2019, não mais. Se é direito do presidente escolher quem ele quiser, nosso protoditador de ocasião vai reivindicar este direito, por que não?

Dois-mil-e-dezenove foi o ano da cisão, o ano da desfaçatez, em que as normas não escritas levaram um pé na bunda e foram suplantadas por um modelo fascistóide de gerir a coisa pública. "Minha caneta tem mais poder que a sua", disse Bolsonaro em referência ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, em 28 de maio. "Agora o governo é de direita", afirmou Bolsonaro em 1º de agosto, ao substituir a maioria dos membros da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e nomear para a presidência um advogado filiado ao PSL que comemora o golpe de 1964. "Quem manda sou eu", declarou Bolsonaro em 16 de agosto ao indicar o superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro, passando por cima da própria PF. "O Estado sou eu", teria dito Luís XIV, monarca que governou a França por 72 anos no século XVII, o maior reinado da História.

Foram muitos os atos autoritários praticados ao longo de 2019 por aqueles que detêm o poder no Brasil. Poderosos eleitos democraticamente, pelo voto direto, e com a legitimidade conferida nas urnas e nas leis para usar a caneta da forma como vem sendo usada, é bom que se diga. Os abusos se estendem também aos entusiastas do modelo de gestão bronco praticado por esses novos poderosos. O excesso é enaltecido. A violência é ovacionada. É neste sentido que 2019, o ano que jamais deveria ter começado, se inicia com a renúncia e o exílio "voluntário" de um deputado federal sucessivamente ameaçado de morte e termina com um atentado a bombas na redação do Porta dos Fundos, programa humorístico disposto a não se calar diante do arbítrio e da violência.

Boas retrospectivas já foram publicadas pos aí. Uma delas, em vídeo, no blog do Maurício Ricardo, no UOL. No Nexo Jornal, uma boa retrospectiva da relação entre Bolsonaro e as instituições democráticas pelo olhar de dois cientistas políticos. O Pacto pela Democracia, plataforma suprapartidária da sociedade civil voltada à defesa e ao aprimoramento da vida política e democrática no país, elaborou uma retrospectiva com 60 dos principais episódios de abuso e as respectivas reações da sociedade, quando ocorreram. A publicação original está no endereço www.democracianobrasil.org. Peço licença aos formuladores para reproduzir parte dos tópicos a seguir:

JANEIRO

1º de janeiro

Tentativa de controle das ONGs — No primeiro dia da gestão do governo de Jair Bolsonaro, foi publicada a Medida Provisória nº 870/2019, que em seu artigo 5º, inciso II, atribuiu à Secretaria da Governo a responsabilidade de "supervisionar, coordenar, monitorar e acompanhar as atividades e as ações dos organismos internacionais e das organizações não governamentais no território nacional". Após forte mobilização da sociedade civil, o texto da MP foi modificado de forma a eliminar o teor inconstitucional e antidemocrático que marcava o texto inicialmente proposto pelo presidente.

24 de janeiro

Decreto enfraquece a Lei de Acesso à Informação — O presidente em exercício durante viagem de Jair Bolsonaro, Hamilton Mourão, assinou o Decreto 9.690/19, que promoveu alterações na Lei de Acesso à Informação (LAI) ampliando o número de cargos de pessoas autorizadas a decretar sigilo sobre dados públicos. Após articulação de uma série de organizações da sociedade civil pró-transparência na Câmara, a medida teve seus efeitos suspeitos por meio de um projeto de decreto legislativo (PDL).

FEVEREIRO

26 de fevereiro

Homenagem a Stroessner, o "estadista" — Em visita ao Paraguai, o presidente Jair Bolsonaro homenageou o ex-ditador do país, Alfredo Stroessner (1954-1989), cujo governo foi marcado por crimes de assassinato, tortura e graves violações a direitos humanos, tecendo elogios e chamando-o de "estadista".

MARÇO

20 de março

Análise ideológica do Enem — O governo Jair Bolsonaro, por meio do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), nomeou uma comissão para fazer uma avaliação ideológica das questões do Enem 2019. A comissão foi criada com o principal objetivo de expurgar itens que abordassem uma suposta "ideologia de gênero".

26 de março

Comemorações ao golpe de 64 — O presidente Jair Bolsonaro determinou ao Ministério da Defesa que fossem feitas comemorações em unidades militares em 31 de março de 1964, data em que teve início a ditadura civil-militar no Brasil, período marcado por censura à imprensa, fim das eleições diretas para presidente, fechamento do Congresso Nacional, tortura de dissidentes e cassação de direitos.

27 de março

Presidente diz que regime militar não foi ditadura — "Não houve ditadura, teve uns probleminhas" diz Jair Bolsonaro sobre regime militar no país.

ABRIL

7 de abril

Homem é assassinado com 80 tiros por militares — Militares realizaram 80 disparos contra o carro de uma família que se locomovia para um chá de bebê, causando a morte do músico Evaldo Rosa e do catador de material reciclado Luciano Macedo, ferido enquanto tentava ajudar a família em Guadalupe, no Rio de Janeiro. Os militares disseram que foram atacados pelas vítimas, mas não foi encontrado nenhum indício de que estivessem armados, além dos tiros terem acontecido por trás.

11 de abril

Decreto de extinção dos conselhos — O governo federal assinou o Decreto 9.759/19, que pretendia diminuir de 700 para menos de 50 o número de conselhos participativos no Brasil. De acordo com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, além da necessidade de desburocratização e racionalização de gastos, a extinção dos conselhos deveria se dar porque os grupos estariam impregnados pela "visão ideológica das gestões anteriores". O decreto foi barrado pelo Supremo Tribunal Federal, que entendeu que tal gestão deveria ser feita pelo Poder Legislativo, já que a criação dos conselhos deve se dar via legislação.

22 de abril

Censura contra portais O Antagonista e Revista Crusoé — O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou que o site "O Antagonista" e a revista "Crusoé" retirassem do ar reportagens e notas que citam o presidente da Corte, Dias Toffoli. Após críticas, novo parecer derrubou censura contra os portais.

25 de abril

Bolsonaro pede e diretor do Banco do Brasil é demitido por anúncio pró-diversidade — A pedido do presidente Jair Bolsonaro, o presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, demitiu um diretor do Banco do Brasil e exigiu que fosse retirada do ar uma campanha publicitária dirigida ao público jovem com atores que representavam a diversidade racial e sexual.

30 de abril

Corte de verbas por 'balbúrdia' — O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou em entrevista que cortaria 30% do orçamento anual de universidades federais por estarem promovendo "balbúrdia" em seus campi. A declaração gerou a primeira grande manifestação do ano e, meses depois, houve liberação da verba contingenciada.

JUNHO

10 de junho

Exoneração dos 11 peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura — Bolsonaro extinguiu cargos comissionados do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que realiza vistorias em presídios com a função de fiscalizar estabelecimentos em que ocorrem privações de liberdade, como presídios e hospitais psiquiátricos. A medida foi denunciada à ONU, pois impossibilita a prevenção e o combate à tortura no Brasil.

24 de junho

Afastamento do jornalista Paulo Henrique Amorim — O jornalista Paulo Henrique Amorim, que apresentou o programa "Domingo Espetacular" na TV Record por mais de 13 anos, foi afastado da emissora. Segundo a coluna de Daniel Castro no site Notícias da TV, o indício é de que Amorim teria sido demitido por ser um crítico ferrenho do governo Bolsonaro, ainda que não emitisse suas opiniões no programa da TV Record, emissora do Bispo Edir Macedo, apoiador de Jair Bolsonaro.

[O comentarista Marco Antonio Villa seria afastado da Jovem Pan no dia seguinte e, em 17 de agosto, a apresentadora Rachel Sheherazade seria afastada de seu programa no SBT, sempre após críticas ao presidente.]

JULHO

15 de julho

Presidente indica o próprio filho para embaixada nos EUA — O presidente Jair Bolsonaro indicou seu filho, Eduardo, para a embaixada nos Estados Unidos. Em entrevistas, o presidente afirmou que pretendia "beneficiar filho meu, sim" e que Eduardo já desejaria "há algum tempo" morar nos Estados Unidos e que o cargo de embaixador "é um cartão de visitas". Mediante diversas críticas de nepotismo e insegurança quanto à aprovação de Eduardo Bolsonaro pela sabatina do Senado Federal, o presidente recuou.

15 de julho

Suspensão das investigações para proteger filho do presidente — O presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, determinou a suspensão temporária de processos em todo o país que tivessem como base dados sigilosos compartilhados pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e pela Receita Federal sem autorização prévia da Justiça. A decisão acolheu o pedido da defesa do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), alvo de investigação do Ministério Público baseada em relatório do Coaf.

17 de julho

Cancelamento de presença de Miriam Leitão em evento por ameaças — A Feira do Livro de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina, cancelou o convite a Miriam Leitão e Sérgio Abranches após reação e ameaças de parte do público na internet. A presença dos convidados foi alvo também de abaixo-assinado, que dizia que "por seu viés ideológico e posicionamento, a população jaraguaense repudia sua presença".

29 de julho

Presidente insulta vítima da ditadura militar — "Se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu, eu conto para ele", disse Jair Bolsonaro, referindo-se a Felipe Santa Cruz, presidente da OAB, cujo pai integra as vítimas de "desaparecimento" durante a ditadura militar.

31 de julho

Negativa a pedidos de reconhecimento de anistiados — De março a julho de 2019, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, negou 1.381 pedidos de reconhecimento de anistiados políticos e concedeu apenas 26, todos por determinação judicial. A comissão foi criada para analisar pedidos de reparação de vítimas de perseguição política na ditadura militar.

AGOSTO

2 de agosto

Contestação de dados do INPE e exoneração de seu diretor — O diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão, rebateu a acusação de Jair Bolsonaro de que o órgão mentia sobre os dados de aceleração do desmatamento na Amazônia e de que estariam sob "o comando de alguma ONG" e, em seguida, foi exonerado.

6 de agosto

Presidente edita MP para enfraquecer receita de jornais impressos — O presidente Jair Bolsonaro assinou uma medida provisória (MP) que permite a empresas de capital aberto a publicação de balanços no site da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) ou do Diário Oficial, em vez de veículos impressos. Na ocasião, ele questionou se a "imprensa de papel" iria publicar o anúncio e ironizou: "Eu espero que o Valor Econômico sobreviva à medida provisória de ontem". O presidente foi criticado por mais um ataque à imprensa.

21 de agosto

Cancelamento de edital da Ancine sobre temática LGBTI+ — O ministro da Cidadania, Osmar Terra, barrou o processo de seleção de séries com temática LGBTI+ que disputavam um edital para TVs públicas. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região determinou que a Agência Nacional de Cinema, a Ancine, retomasse o edital, pois considerou a atitude do ministro Terra como "censura".

SETEMBRO

4 de setembro

Bolsonaro ataca pai de Bachelet, morto sob Pinochet — "Michelle Bachelet diz ainda que o Brasil perde espaço democrático, mas se esquece que seu país só não é uma Cuba graças aos que tiveram a coragem de dar um basta à esquerda em 1973, entre esses comunistas o seu pai brigadeiro à época", disse Bolsonaro sobre o pai de Michelle Bachelet, alta comissária da ONU para direitos humanos e ex-presidente do Chile, que foi preso e torturado pelo regime militar chileno e morreu sob custódia em fevereiro de 1974.

4 de setembro

Censura na Bienal do Livro do Rio — O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos/RJ), determinou que a história em quadrinhos "Vingadores: A Cruzada das Crianças", da Marvel, fosse recolhida da Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro por conter dois personagens homossexuais se beijando. Após a ordem, a feira foi vistoriada por funcionários da Prefeitura em busca de outros livros considerados impróprios. O Supremo Tribunal Federal ratificou que a ação está descolada da democracia do Brasil.

5 de setembro

Bolsonaro ignora lista tríplice para PGR — Pela primeira vez em 16 anos o presidente brasileiro ignorou a lista tríplice eleita pela Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR) na escolha do novo procurador-geral da República (PGR). Embora não haja obrigatoriedade quanto ao respeito à lista, entende-se que a indicação da ANPR favoreça quadros técnicos, comprometidos com o exercício de suas funções de forma livre e independente de pressões externas, políticas e do próprio governo federal.

9 de setembro

"Por vias democráticas a transformação que o Brasil quer não acontecerá na velocidade que almejamos...", declarou o vereador Carlos Bolsonaro (PSC/RJ), filho do presidente, em sua rede social.

20 de setembro

Assassinato de Ágatha por policial militar no Rio de Janeiro — Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, foi morta após ser baleada por um policial militar enquanto voltava para casa, no Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro. Após investigações, a Polícia Civil concluiu que não havia qualquer tiroteio no momento em que Ágatha foi atingida nas costas e que a bala que matou a criança saiu do fuzil de um policial militar.

OUTUBRO

14 de outubro

Sérgio Moro edita Portaria 666 — O ministro da Justiça Sérgio Moro editou portaria para que estrangeiros possam ser sumariamente deportados ou expulsos do Brasil caso tenham "praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal". A iniciativa foi interpretada com preocupação de que o governo estaria preparando retaliação contra Glenn Greenwald, jornalista norte-americano fundador e editor-chefe do The Intercept Brasil, veículo responsável pela série de reportagens intitulada "Vaza Jato", que revelou condutas controversas dos promotores da força-tarefa responsável pela Operação Lava Jato e do ex-juiz e atual ministro Sérgio Moro.

23 de outubro

Governo ameaça acionar Forças Armadas para conter protestos — Jair Bolsonaro acionou o Ministério da Defesa para monitorar eventuais protestos no Brasil, à semelhança dos ocorridos no Chile e em outros países da região em 2019. O presidente afirmou que, caso julgue necessário, o governo brasileiro acionará as Forças Armadas a fim de conter mobilizações sociais no país. A execução de uma medida com esse teor

pode configurar grave comprometimento de liberdades e direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal.

28 de outubro

O vídeo das hienas — O presidente da República publicou em seu Twitter um vídeo em que um leão está prestes a ser atacado por hienas. O conteúdo indica que o leão acossado representaria Jair Bolsonaro, e as hienas seriam partidos políticos, o STF, a imprensa, além de entidades como a OAB e a ONU. A publicação foi amplamente criticada e causou mal-estar entre ministros do Supremo.

29 de outubro

Bolsonaro ameaça concessão da Rede Globo — Ao comentar uma reportagem do Jornal Nacional, da TV Globo, o presidente Jair Bolsonaro insinuou que poderia dificultar a renovação da concessão pública da emissora em 2022. A ameaça de dificultar os trâmites de uma concessão pública de radiodifusão suscitou comparações com Hugo Chávez, presidente da Venezuela, que suspendeu a concessão da RCTV em 2006.

30 de outubro

Eduardo Bolsonaro insinua reedição do AI-5 — "Se a esquerda radicalizar a esse ponto, a gente vai precisar ter uma resposta, e uma resposta, ela pode ser via um novo AI-5", afirmou Eduardo Bolsonaro em programa da jornalista Leda Nagle no YouTube. A fala foi rechaçada por diversos setores e fez com que parlamentares abrissem processo no Conselho de Ética da Câmara e na Procuradoria-Geral da República.

31 de outubro

General Heleno admite avaliar implementação de AI-5 — "Se falou [em AI-5], tem que estudar como vai fazer, como vai conduzir. Acho que, se houver uma coisa no padrão do Chile, é lógico que tem que fazer alguma coisa para conter. Mas até chegar a esse ponto tem um longo caminho..." comentou o general Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), sobre fala de Eduardo Bolsonaro.

NOVEMBRO

4 de novembro

Assassinato de liderança indígena — Paulo Paulino Guajajara, conhecido por ser um guardião da floresta, responsável por fiscalizar e denunciar invasões na mata, foi assassinado na Terra Indígena Arariboia, no Maranhão. A falta de resolução de casos de ameaças e assassinatos à lideranças indígenas e ambientais, somadas a um discurso que favorece a contrariedade aos povos indígenas tornam o processo grave para o campo democrático.

5 de novembro

CPI para intimidar ONGs — Sob pretexto de apurar os responsáveis pelas queimadas na Amazônia, o senador Plínio Valério (PSDB-AM) requereu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito propondo a investigação de todas as Organizações Não-Governamentais que atuam no Brasil, sem que houvesse qualquer indício concreto de que entidades do terceiro setor estivessem envolvidas no caso. Além de genérico, requerimento da CPI sugere o início de ampla investigação de todo o setor desde 2002, ferindo potencialmente a liberdade de associação garantida pela Constituição Federal.

12 de novembro

Injustificada ameaça de uso da Lei de Segurança Nacional — Jair Bolsonaro afirmou poder usar a Lei de Segurança Nacional (LSN) em resposta às declarações feitas por Luiz Inácio Lula da Silva à ocasião de sua soltura. O presidente ameaçou acionar a Justiça caso venha a considerar que o ex-presidente esteja evocando mobilizações no país. O acionamento da LSN, porém, está condicionado a crimes "contra a integridade territorial e a soberania nacional; o regime representativo e democrático, a federação e o Estado de Direito; e a pessoa dos chefes dos Poderes da União".

25 de novembro

Convocação das Forças Armadas para ações em áreas rurais — O presidente Jair Bolsonaro afirmou que enviará ao Congresso Nacional proposta para permitir operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em áreas rurais a fim de dar celeridade às ações que envolvem a restituição de terras. A medida é excessiva e injustificável, dado que a adoção dessas operações é prevista somente em situações graves de perturbação da ordem, não para o cumprimento de decisões da Justiça.

25 de novembro

Nova intimidação evocando AI-5 — "Não se assustem então se alguém pedir o AI-5. Já não aconteceu uma vez? Ou foi diferente? Levando o povo para a rua para quebrar tudo. Isso é estúpido, é burro, não está à altura da nossa tradição democrática", disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, durante entrevista coletiva em Washington.

26 de novembro

Prisão de brigadistas em Alter do Chão — A mesma operação da Polícia Civil que realizou apreensões no Projeto Saúde e Alegria prendeu preventivamente quatro voluntários da brigada de incêndio de Alter do Chão. Eles foram acusados de provocar queimadas em uma Área de Proteção Ambiental (APA) com o intuito de atrair doações financeiras para a organização. O Ministério Público Federal, no entanto, informou que as investigações federais descartam a participação dos brigadistas ou de ONGs nas queimadas e aponta o assédio de grileiros e a especulação imobiliária como suas principais causas.

27 de novembro

Governo nomeia presidente da Fundação Palmares que diz que a escravidão foi benéfica — O jornalista Sérgio Camargo foi nomeado para a presidência da Fundação Palmares, que tem a missão de promover a cultura afro-brasileira no país. Em suas redes sociais, Camargo afirma que não há "racismo real" no Brasil, que a escravidão foi "benéfica", e defende a "extinção" do movimento negro. A nomeação foi suspensa por ser considerada contrária ao interesse público.

28 de novembro

Bolsonaro exclui Folha de S.Paulo de licitação — A Presidência da República excluiu o jornal Folha de S.Paulo da relação de veículos nacionais e internacionais em um processo de licitação para fornecimento de acesso digital ao noticiário da imprensa. A exclusão vem na esteira de críticas e determinações de que todo o governo federal rescinda e cancele a assinatura da Folha de S.Paulo. Organizações que representam o setor e a sociedade civil consideraram que a medida atenta contra a liberdade de expressão e Bolsonaro recuou.

DEZEMBRO

1º de dezembro

Morte de nove jovens em ação da polícia em Paraisópolis — Nove jovens morreram após operação policial em um dos maiores bailes funk da capital paulista, em Paraisópolis. A polícia teria encurralado os presentes no baile, fechando a rua onde ocorria o evento e impedindo a dispersão do público, que é considerado irregular pelo manual de conduta da própria corporação. A estigmatização de manifestações culturais aliada à violência policial em territórios periféricos em todo o país contraria princípios e liberdades fundamentais ao funcionamento do regime democrático.

3 de dezembro

Aras destitui procuradora crítica ao governo — O procurador-geral da República, Augusto Aras, cassou o mandato da procuradora federal dos direitos do cidadão, Déborah Duprat, no Conselho Nacional dos Direitos Humanos, órgão que visa à promoção e à defesa dos direitos humanos no país. No lugar da procuradora, Aras colocou a si mesmo no cargo.

**** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL.**

Pushnews

questões jurídico-políticas

FALTA DE DECORO SEM IMPEACHMENT É CRIME SEM CASTIGO

Requisito jurídico para abrir processo contra Bolsonaro por crime de responsabilidade foi cumprido; o resto é política

RAFAEL MAFEI RABELO QUEIROZ

28fev2020_14h29



Foto: Pedro Ladeira/Folhapress

O impeachment é jurídico e político. Esse truísmo, se não for bem interpretado, serve de tapume para abusos e evasivas.

O abuso: alicerçar a tese descabida de que o Congresso define crimes de responsabilidade como bem quiser, de acordo apenas com a conjuntura política do dia. Crimes de responsabilidade são atentados graves à Constituição, praticados pelo presidente que tem o dever de respeitá-la e fazer com que ela seja respeitada; se configurados, permitem sua remoção pelo Congresso, como medida extrema de salvaguarda democrática. Tal definição é jurídica e se faz não apenas à luz da lei e dos precedentes relevantes sobre a matéria, mas também dos pressupostos do impeachment dentro do quadro de uma democracia presidencialista.

A evasiva: autoridades políticas incumbidas de levar adiante o processo de impeachment se esconderem atrás de supostas polêmicas de interpretação legal. Polêmicas podem ser esticadas até o infinito se a autoridade competente para decidir sobre elas assim desejar.

Como pretendo demonstrar, não existe mais dúvida jurídica sobre os crimes de responsabilidade por quebra de decoro por parte de Jair Bolsonaro. Há crime, e o requisito jurídico para seu impeachment está atendido. A discussão pertence, doravante, apenas ao terreno da prudência das lideranças políticas do país, especialmente Rodrigo Maia.

Impeachments têm lugar quando estão presentes dois requisitos concomitantes: 1) uma autoridade abusando de seus poderes de modo grave, trazendo perigo à integridade de instituições essenciais à democracia (os demais poderes, a imprensa, as organizações da sociedade civil etc.); 2) e quando esses abusos de poder não podem ser contidos de maneira eficaz por meio dos mecanismos ordinários de freios



ntrapesos constitucionais, como ações judiciais ou decretos legislativos.

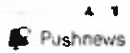
Esse desenho básico ganha contornos diferentes em cada país. No Brasil, é da nossa tradição definir em lei especial os crimes de responsabilidade e as regras de seu processo, bem como dar aos cidadãos, e não à Câmara dos Deputados, a atribuição de oferecer denúncias.

Entre os crimes de responsabilidade de nossa Lei do Impeachment está o de “proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo”. Ao contrário de outros crimes, cujas condutas são desenhadas com contornos mais precisos (“permitir que força estrangeira transite pelo território do país quando a isso se oponha o Congresso Nacional”, por exemplo), a definição de conduta indecorosa e indigna exige maior imaginação interpretativa. Mas o crime está na lei e não pode, só por essa dificuldade, ser ignorado.

Seu sentido é simples: ele exige que o presidente guarde limites no comportamento e no verbo, de modo que não apenas preserve a respeitabilidade da Presidência, mas também que não se aproveite do peso de seu cargo para atacar e constranger as instituições, autoridades e profissionais encarregados de refreá-lo, fiscalizá-lo e dar transparência a suas ações.

Não há nada de estranho em meros atos de fala implicarem crimes de responsabilidade. A Lei do Impeachment é repleta de crimes que são cometidos apenas com a palavra: “hostilizar”, “constranger”, “ameaçar”, “incitar”, “provocar animosidade”.

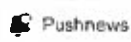
Esse rol é pedagógico para quem ainda insiste em polemizar quanto à possibilidade de crimes de responsabilidade serem cometidos apenas pela retórica presidencial: a lei corretamente reconhece que o discurso do presidente é uma forma de exercício de poder, e que por isso deve guardar limites de convivência institucional e civilidade política. Ela o faz porque sabe que a palavra presidencial é capaz de gerar consequências tangíveis.



... não aceita que um presidente nomeie jornalistas, jornais e redes de mídia como adversários do governo, sabendo que a turba que o segue os perseguirá nas redes e fora delas; não aceita que ele provoque assinantes e anunciantes a boicotarem a mídia que o incomoda, sabendo que leitores e empresários que o admiram atenderão a seu apelo; não aceita que ele oferte suas aparições aos veículos que o afagam e que a sonegue aos demais, rompendo com seu dever de impessoalidade; não aceita que ele abra mão do compromisso com a verdade para colocar em dúvida a integridade de repórteres e cientistas que publicam fatos e dados que não interessam ao governo, afetando também a reputação do jornalismo e da ciência; não aceita que ele estimule policiais à violência e criminosos ambientais ao desmatamento, oferecendo leniência que não é sua para dar; não aceita que se regozije com a morte de um adversário da ditadura, regime incompatível com o da Constituição que o presidente deve defender, para atacar o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. E a lei, definitivamente, não admite que o presidente da República endosse quem vai às ruas pedir o fechamento do Congresso “chantagista” e do Supremo Tribunal Federal. Tudo isso integra o repertório das violações de Bolsonaro ao decoro presidencial, um rol que ele atualiza diariamente.

Bolsonaro fez carreira no Congresso às custas de uma retórica ao mesmo tempo degenerada e descompromissada com qualquer realização prática. É produto da leniência das sete gerações parlamentares que deram de ombros a seus abusos enquanto deputado: odes à tortura e a torturadores, apelos ao fechamento do Congresso, celebrações anuais do golpe militar de 1964, lamentos pelo baixo número de assassinados na ditadura e insultos misóginos integram a retrospectiva de seus piores momentos, porém únicos de destaque, na Câmara dos Deputados.

Quando deputado, ele ainda podia tentar argumentar que era protegido pela inviolabilidade constitucional por suas opiniões e palavras; como presidente, já não pode mais. Bolsonaro presidente não tem a proteção de que Bolsonaro deputado desfrutou para dizer o que bem lhe aprouvesse, como se não houvesse consequências. Há: jornalistas são ameaçados, assinaturas de jornal são canceladas, ONGs são atacadas, burocratas leais e oportunistas correm para mostrar serviço, seguidores se inflamam nas

 3, palestras são canceladas, famílias são criminosamente expostas. O abuso do poder retórico do presidente produz vítimas reais, enfim; por isso a lei lhe impõe decoro.

É fundamental fixar esta premissa: o requisito jurídico para o impeachment por indignidade e quebra de decoro está cumprido. Quando as denúncias chegarem à mesa de Rodrigo Maia, apenas juízos de conveniência política poderão impedi-lo de prosseguir. É o jogo jogado, e há mesmo sensatas razões para que Maia resista em dar-lhes andamento. A mais óbvia delas, o trauma político que representaria um terceiro impeachment na história recente do Brasil.

Mas a preservação da integridade da Presidência da República exige que, mesmo nesse caso, as lideranças políticas venham a público deixar claro que Bolsonaro cometeu, sim, crime de responsabilidade, e que a decisão de aceitar ou não a denúncia contra ele já pertence ao terreno das avaliações políticas, renovadas à luz da conjuntura de cada dia.

Se alimentar a versão de que ainda há dúvidas jurídicas sobre a ocorrência do crime, Rodrigo Maia emitirá o atestado de óbito da exigência de decoro presidencial: se nem a conduta de Jair Bolsonaro configurar abuso indecoroso do poder retórico presidencial, será o caso de riscar, de uma vez por todas, o crime da lei, e reconhecer que ele é impossível de ser cometido.



RECEBERE / Sonder

BRUNO MACHADO



765000636

RECYCLAR MATERIAS E PRESERVAR O MEIO AMBIENTE
To recycle materials is to preserve the environment



DEVOLUÇÃO / Return

- | | |
|---|--|
| ☐ Não foi recebido | ☐ Falta de endereço |
| ☐ Recusado pelo destinatário | ☐ Endereço incorreto |
| ☐ Desconhecido (destinatário) | ☐ Não existe o nome (non-existing name) |
| ☐ Não procurado (destinatário) | ☐ Outros (outros) |
| ☐ Ausente (absent) | |

Tentativas de entrega (delivery attempts)

1ª / 1st / 2ª / 2nd / 3ª / 3rd

- ☐ Informação prestada pelo porteiro ou síndico
Information provided by the doorman or the condo
manager
- ☐ Retirado do serviço postal em ____/____/____
Retrieved to postal service

Data: ____/____/____ Assinatura: _____
Date: ____/____/____ Signature: _____



CARIMBO

Correios		REGISTRADO URGENTE	PESO (kg)
Registered priority			
Receptor	Doc.	AR	MP
Assinatura			
JU 56202930 3 BR			

DESTINATÁRIO / Recipient		TELEFONE / Phone number
ENDEREÇO / Address		0800 61 9619
CONGRESSO NACIONAL. Praça Dos Três Poderes		
Cidade / City		UF / State
BRASILIA		DF
CEP / Zip		País / Country
70070-000		Brasil